

FENATRAD CNTD
XII
CONGRESSO NACIONAL

**PLANO DE
LUTA**

REALIZAÇÃO

fenatrad
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

PARCERIA

themis
GÊNERO JUSTIÇA
DIREITOS HUMANOS

APOIO



GLOBAL
FUND
FOR
WOMEN

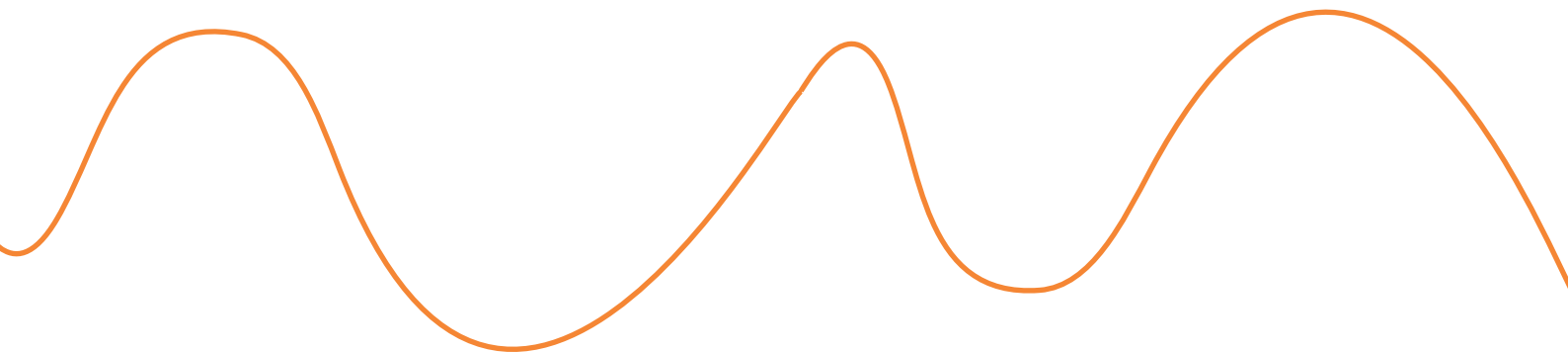
FENATRAD CNTD

XII

CONGRESSO NACIONAL

PLANO DE

LUTA



Os últimos cinco anos foram marcados por muitos retrocessos e um contexto de crise política, econômica e sanitária que levantaram desafios excepcionais para a classe trabalhadora como um todo.

Sofremos o golpe da Presidenta Dilma em 2016, poucos meses apenas após a aprovação da LCP 150 que regulamenta nossos direitos, uma reforma trabalhista no governo interino do Temer que ataca e desfaz a CLT, e a eleição do atual governo Bolsonaro cujo objetivo declarado é exterminar os movimentos sociais, os sindicatos, retirar os

direitos das mulheres, das pessoas LGBT, dos negros e dos povos indígenas.

Desde o início da crise pandêmica da Covid-19, o governo Bolsonaro se destacou pela sua política da morte e recordes mundiais de taxa de contágio e mortes pelo coronavírus. (Reformas do governo Bolsonaro e mudanças no Bolsa Família)

As trabalhadoras domésticas, como mulheres negras, trabalhadoras informais e de baixa renda foram particularmente atingidas pela crise e pela falta de proteção por parte do Estado.

DESAFIOS

Dentre muitos
Desafios
Seis questões
são centrais
nesse contexto:

1

Aumento do desemprego e informalidade, perda de renda, empobrecimento e fome das famílias das trabalhadoras domésticas;

2

escolas fechadas, falta de distribuição das merendas às famílias, falta de creche, filhos e filhas abandonadas com a morte de suas mães trabalhadoras, transporte inseguro;

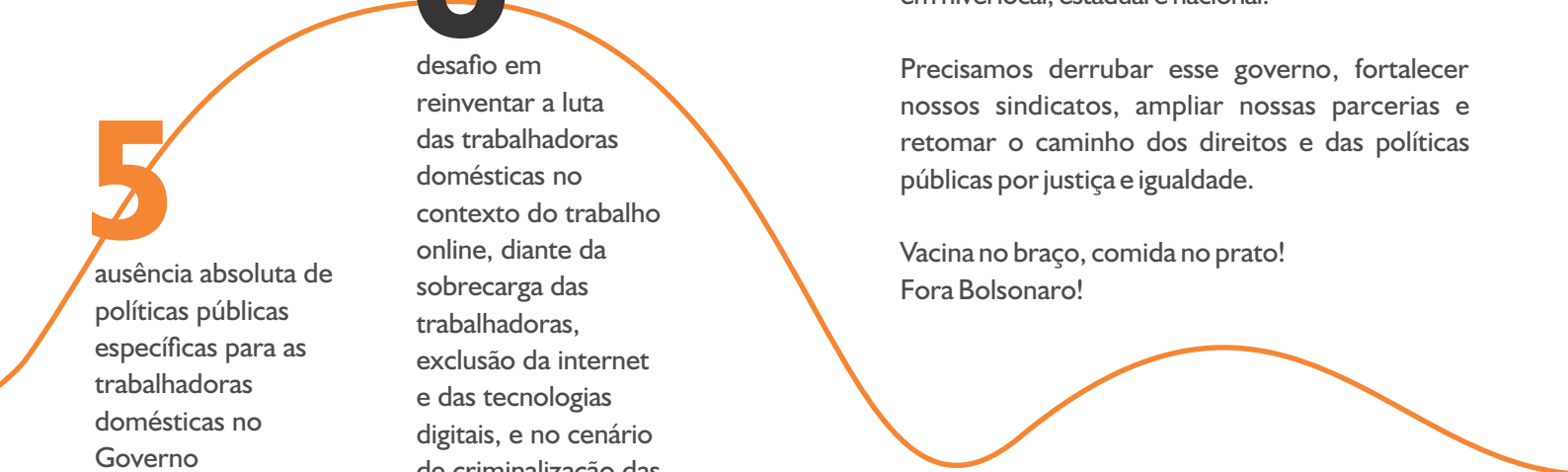
3

adoecimento físico, aumento de sofrimento psíquico e morte das trabalhadoras domésticas por covid-19;

4

precariedade da situação das trabalhadoras domésticas imigrantes e aumento do trabalho análogo à escravidão;

DESAFIOS



5

ausência absoluta de políticas públicas específicas para as trabalhadoras domésticas no Governo Bolsonaro-Mourão

6

desafio em reinventar a luta das trabalhadoras domésticas no contexto do trabalho online, diante da sobrecarga das trabalhadoras, exclusão da internet e das tecnologias digitais, e no cenário de criminalização das lutas e aumento da violência contra a classe trabalhadora, em especial, mulheres e negros e negras.

Esse plano de luta propõe ações e políticas para transformar o quadro atual de crise e retrocesso, em nível local, estadual e nacional.

Precisamos derrubar esse governo, fortalecer nossos sindicatos, ampliar nossas parcerias e retomar o caminho dos direitos e das políticas públicas por justiça e igualdade.

Vacina no braço, comida no prato!
Fora Bolsonaro!

Esse plano de lutas foi adotado no XII Congresso Nacional da categoria. Saiba mais sobre a FENATRAD, fundada em 1997, e busque o sindicato da sua região no site: <https://www.fenatrad.org.br/>

PROMOVER

a **Saúde** e o **Bem-estar** das
Trabalhadoras Domésticas

1

PROMOVER



O tema da saúde física e mental, é central para as trabalhadoras domésticas, visto seu alto grau de exposição aos riscos mais diversos e seu baixo nível de acesso aos serviços especializados.

Essa questão tem sido mais debatida no contexto da crise pandêmica, que revelou as profundas desigualdades de gênero, raça e classe no Brasil, tendo como primeira morte confirmada pela Covid-19 uma trabalhadora doméstica.

Contudo, para além da pandemia, a categoria enfrenta desafios quotidianos em tempos 'normais', como jornadas extensas, sobrecarga de trabalho, assédio, precarização e insegurança, que afetam a saúde da trabalhadora e geram adoecimento psíquico e físico.

Ademais, o isolamento da trabalhadora doméstica dificulta o acesso a serviços de apoio e aos canais de atendimento.

Para promover a
SAÚDE

BEM-ESTAR

da categoria, as delegadas do XII Congresso Nacional da Fenatrad e CNTD recomendam:

1

Continuar e ampliar as rodas de conversa e o atendimento psicológico nos sindicatos;

2

Formar e fortalecer parcerias com psicólogas e com o SUS para melhorar o acesso das trabalhadoras domésticas aos serviços de saúde, inclusive de saúde mental;

3

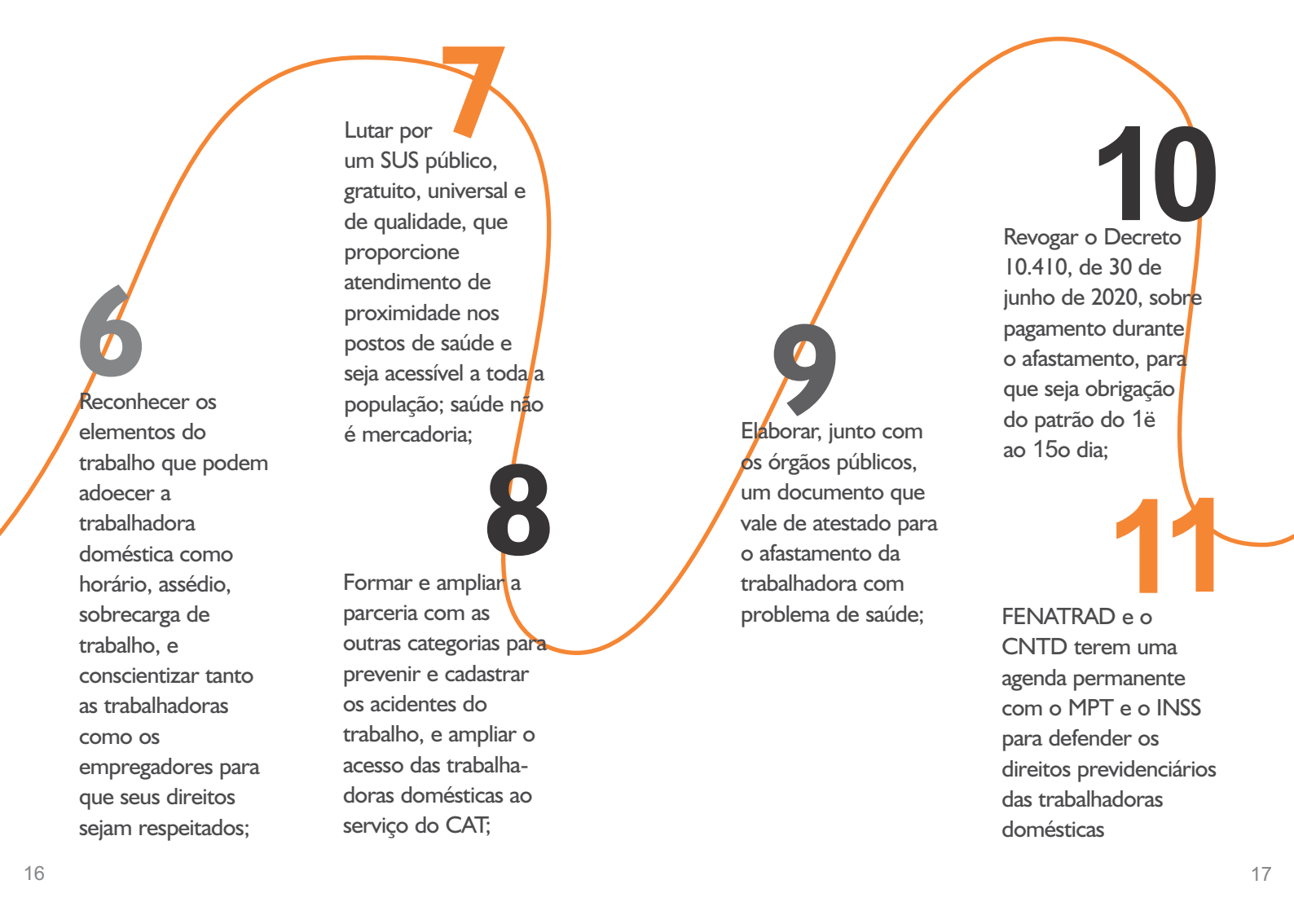
Organizar atividades de cuidado e autocuidado nos sindicatos;

4

Lançar uma pesquisa, junto com os parceiros, sobre o estado de saúde das trabalhadoras domésticas e mapear suas necessidades;

5

Elaborar uma cartilha sobre os direitos relacionados à saúde da trabalhadora doméstica, e informar as trabalhadoras sobre cuidado e autocuidado;



6

Reconhecer os elementos do trabalho que podem adoecer a trabalhadora doméstica como horário, assédio, sobrecarga de trabalho, e conscientizar tanto as trabalhadoras como os empregadores para que seus direitos sejam respeitados;

7

Lutar por um SUS público, gratuito, universal e de qualidade, que proporcione atendimento de proximidade nos postos de saúde e seja acessível a toda a população; saúde não é mercadoria;

8

Formar e ampliar a parceria com as outras categorias para prevenir e cadastrar os acidentes do trabalho, e ampliar o acesso das trabalhadoras domésticas ao serviço do CAT;

9

Elaborar, junto com os órgãos públicos, um documento que vale de atestado para o afastamento da trabalhadora com problema de saúde;

10

Revogar o Decreto 10.410, de 30 de junho de 2020, sobre pagamento durante o afastamento, para que seja obrigação do patrão do 1º ao 15º dia;

11

FENATRAD e o CNTD terem uma agenda permanente com o MPT e o INSS para defender os direitos previdenciários das trabalhadoras domésticas

COMBATER

a **Violência** e o **Assédio**

2

COMBATER

A violência e o assédio, muito presentes no cotidiano das trabalhadoras domésticas, devem ser vistos a partir da perspectiva de gênero, classe e raça.

A realidade vivenciada pela categoria, composta em sua maioria quase absoluta por mulheres negras, traz na sua história a luta por direitos, respeito e visibilidade.

Essa luta é também contra o racismo e o machismo que se impõe na sociedade.

As possíveis vias de superação dessa realidade que se impõe no cotidiano das trabalhadoras domésticas, passam por questões estruturais como o racismo, bem como pela perspectiva do autocuidado, buscando incentivar o empoderamento das mulheres para as transformações e mudanças que queremos.



Para superar
esses desafios,
as delegadas ao
XII Congresso da
FENATRAD e **CNTD**
propõem que:

1

A FENATRAD
ofereça formação e
informação sobre as
várias formas de
violência (inclusive a
violência
institucional) e de
assédio (sexual e
moral) para que as
denúncias cheguem
aos órgãos
competentes;

2

A FENATRAD
fortaleça a
participação das
mulheres para que
estas ocupem os
espaços de decisão –
participação ativa
nas eleições;

3

A FENATRAD
ofereça formação
junto aos
condomínios sobre
violência, para que
estes tornem-se
espaços de
denúncia – como
acionar a Lei Maria
da Penha contra as
várias formas de
violência contra as
trabalhadoras
domésticas que
ocorram nos locais
de trabalho
(relacionar o Art. 5º
da Lei Maria da
Penha e o Art. 27,
parágrafo único,
inciso VII da LC
150/2015);

4

Lutar por delegacias
da mulher com
plantão 24 horas,
funcionamento nos
fins de semana e
espaços para
denúncias online;



5

Lutar pela ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre violência e assédio no trabalho;

6

Construir mecanismos de empoderamento para que as mulheres trabalhadoras domésticas possam fazer denúncias de violência;

7

Preparar melhor as diretoras que estão no atendimento e na linha de frente, para que saibam como acolher e orientar os casos de violências que chegam aos sindicatos;

8

Encorajar as mulheres a denunciarem as violências, acolhendo, aconselhando e acompanhando-as aos espaços de acolhimento;

9

Denunciar as várias formas de violência institucional praticadas pelo Estado.

DEFENDER

e ampliar os
Direitos Trabalhistas

3

DEFENDER



O trabalho doméstico no Brasil, sempre foi carente de direitos. Com o advento da pandemia, cresce o desemprego, o subemprego, a informalidade e o aumento das relações invisíveis de violência no trabalho.

Essa invisibilidade torna as trabalhadoras domésticas vítimas fáceis do trabalho precário e sem direitos. Considerando o tamanho dos problemas apontados, cabe aos sindicatos na esfera local (estadual e municipal), bem como à Fenatrad em âmbito nacional, definir ações de enfrentamento.

Nesse sentido, as ações e lutas devem se dar em torno dos seguintes eixos e temas:

DIREITOS TRABALHISTAS:

1

Desenvolver ações pela plena efetivação da C 189 para garantia de direitos constitucionais das trabalhadoras domésticas;

2

Garantir a extensão dos direitos às trabalhadoras diaristas;

3

Agendar reunião com o MPT para discutir os problemas das diaristas e formas de combate ao MEI;



4

Desenvolver ações que coíbam o uso de escritórios de contabilidade para homologação de trabalhadoras e verificar formas de responsabilizá-los pelas perdas que ocorrerem. Exigir o retorno das homologações para os sindicatos;

5

Garantir que a formação profissional seja articulada com o fortalecimento das bases sindicais como forma de trazer as trabalhadoras que participam desses cursos para a luta;

6

Promover ações e campanhas para conscientizar a categoria sobre seus direitos e deveres;

7

Defender o Bem-Estar e cuidado com as trabalhadoras domésticas: manter a ação de apoio solidário e emergencial à categoria, com doação de alimentos, medicamentos, materiais de higiene, EPI's, etc., enquanto durar a crise política e sanitária da pandemia, buscando apoios e financiamentos para ampliar a capacidade dessa ajuda humanitária através do sindicato.

No âmbito do **FORTALECIMENTO** da organização das trabalhadoras domésticas, destacamos as seguintes perspectivas de ação:

1

Formação política e sobre os direitos para as lideranças e para o conjunto das trabalhadoras domésticas;

2

Estímulo aos encontros da categoria, na medida do possível presenciais, para mobilizar e animar as trabalhadoras para a luta;

3

Estabelecimento de parcerias e ampliação de apoios para garantir a sustentabilidade da organização sindical da categoria e das lutas, qualificando a relação com as parceiras para que as nossas lutas também sejam incorporadas nas suas reivindicações/pautas.

ELABORAR

Políticas Públicas pela
Justiça Social e Igualdade

4

ELABORAR



Entendemos que mudanças estruturais do atual cenário de crise e retrocesso devem passar pela elaboração e implementação de políticas públicas que visem promover a igualdade e que sejam inclusivas da nossa categoria.

Para serem ouvidas, valorizadas e reconhecidas, as trabalhadoras domésticas devem participar da elaboração de políticas públicas que atendam suas demandas.

Dado o contexto de conservadorismo e retrocessos dos direitos, a Fenatrad deve:

1

Manter as ações que já estão em curso em nível federal e local, quando e onde for possível;

2

Integrar grupos de trabalho, comissões e espaços de diálogo e negociação com órgãos de Estado (MPT, MTE, secretarias de governos, etc) para denunciar abusos e reivindicar políticas públicas;

3

Realizar, aderir e movimentar campanhas por direitos e contra abusos;

4

Desenvolver ações junto aos governos locais pela ampliação de creches e escolas em período integral e a garantia de acesso para as mulheres da categoria;

5

Cobrar dos governantes políticas públicas para a categoria, como cursos de cuidadora, informática, babá, jardinagem, buscando ampliar o leque de oportunidade das trabalhadoras e sua melhor inserção no mercado de trabalho;

6

Exigir dos poderes públicos ações para proteger os órfãos da pandemia, filhos de trabalhadoras domésticas, que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade.

AÇÕES PARA AS ELEIÇÕES

7

Confrontar e lutar pela derrubada do governo Bolsonaro/Mourão e se juntar aos esforços do conjunto da sociedade para eleger uma melhor bancada nas próximas eleições, comprometida, principalmente, com a luta das trabalhadoras domésticas;

8

Atuar ativamente para estimular e fortalecer candidaturas comprometidas com e/ou oriundas da categoria das trabalhadoras domésticas, tanto no legislativo como no executivo, nos âmbitos local, estadual e nacional.

Combater e

DENUNCIAR

o Trabalho Análogo ao Escravo

5

DENUNCIAR



A crise pandêmica escancarou as formas mais graves de violação de direitos das trabalhadoras domésticas, com um aumento de casos de cárcere privado, quarentenas forçadas nas casas dos empregadores e crescente denúncias de trabalho análogo a escravo onde os direitos e a liberdade da trabalhadora lhes são retirados.

As desigualdades e exploração que caracterizam o trabalho doméstico se inscrevem no legado da escravidão, e na naturalização da ideia de que as mulheres negras deveriam fornecer esse serviço de graça e sem direitos à elite branca.

Apesar de décadas de lutas por direitos trabalhistas e reconhecimento do trabalho doméstico como profissão, a categoria segue enfrentando hoje em dia um cenário de violação e retrocessos no campo dos direitos.

Nesse sentido, é fundamental que a **FENATRAD** e o **CNTD** continuem as ações começadas no combate ao trabalho análogo ao escravo, por via das seguintes recomendações:

1

Oferecer formação contínua para as dirigentes sindicais para saber detectar, denunciar e orientar os casos de trabalho análogo à escravidão;

2

Fortalecer os sindicatos na luta e denúncia contra o trabalho escravo;

3

Preparar as diretoras para lidar com o pós-resgate das trabalhadoras em situação de trabalho análogo à escravidão;

4

Organizar campanhas de conscientização junto com os parceiros, e criar um símbolo de identificação do trabalho análogo ao escravo que permita identificar as vítimas;

5

Promover a aproximação entre os sindicatos e os órgãos de fiscalização, para ampliar as denúncias e melhorar o acompanhamento dos casos;

6

Modificar as regras atuais de fiscalização do trabalho doméstico;

7

Exigir do poder público o desenvolvimento de ações e programas de prevenção do trabalho doméstico em condição análogo à escravidão e assistência às vítimas resgatadas, inclusive abrigo, auxílio financeiro e apoio psicológico às vítimas;

8

Capacitar as diretoras da FENATRAD/CNTD e dos sindicatos sobre direitos humanos.



Esta publicação é co-financiada pela Agência Francesa de Desenvolvimento. O conteúdo desta publicação é responsabilidade exclusiva de CARE LAC e de Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos e em nenhum caso se deve considerar que reflete os pontos de vista da Agência Francesa de Desenvolvimento.